

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ESCOLARIZAÇÃO DE/COM SURDOS: OS ENTRELAÇOS DO COTIDIANO ESCOLAR

Larissa Mota de Cerqueira¹

Juliana Cristina Salvadori²

1 Pós-Graduada em Libras Interpretação e Docência (2019); Mestranda em Educação e Diversidade – MPED – Coité (2018 – 2020); Graduada em História – UNEB/Campus XIV; Professora de Libras – FACITE/BA, FCG-BA. E-mail: laricerqueira25@gmail.com Lat-tes: <http://lattes.cnpq.br/2288084395034550>

2 Doutora na área de Literaturas e Língua Portuguesa pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica (MG); Mestre em Letras (Inglês e Literatura Correspondente) pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: ju.salvadori@gmail.com <http://lattes.cnpq.br/4756726886276840>

RESUMO

Este artigo discute a escolarização de alunos surdos questionando como a inclusão do estudante surdo altera o cotidiano escolar e impacta as discussões sobre a diferença. Para tanto, o texto apresenta reflexões a partir dos marcos legais inclusivos na educação e das discussões teóricas e conceituais sobre cotidiano escolar com Ferreira (2006) e Alvez; surdez com Skliar (1999) e Strobel (2009); inclusão com Miranda (2006); e Experiências com Larrosa (2002), entre outros, e de dados a partir de levantamento realizado em revisão sistemática utilizando banco de dados de dissertações e teses das Universidades Públicas na Bahia e artigos oriundos do Congresso Baiano de Educação Inclusiva Como metodologia partimos da abordagem qualitativa Gil (2010) se compromete a apresentar resultados embasados na teoria e nos dados obtidos em revisão sistemática e no mapeamento da escolarização de surdos na rede estadual em Conceição do Coité.

PALAVRAS CHAVE

Alunos surdos; Inclusão; Cotidiano escolar; Escolarização.

ABSTRACT

This article discusses the schooling of deaf students questioning how the inclusion of the deaf student alters the school routine and impacts the discussions about the difference. To this end, the text presents reflections from the inclusive legal frameworks in education and from theoretical and conceptual discussions about school life with Ferrazo (2006) and Alvez; deafness with Skliar (1999) and Strobel (2009); inclusion with Miranda (2006); and Experiences with Larrosa (2002), among others, and data from a survey carried out in a systematic review using a database of dissertations and theses from Public Universities in Bahia and articles from the Bahia Congress of Inclusive Education. As a methodology, we start from the qualitative approach Gil (2010) undertakes to present results based on the theory and data obtained in a systematic review and in the mapping of schooling for the deaf in the state network in Conceição do Coité.

KEYWORDS

Deaf Students. Inclusion. School Routine. Schooling.

1 PALAVRAS INICIAIS

Na luta pela inclusão, como paradigma educacional, merecem destaque a Declaração de Jomtien (UNESCO, 1990), a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e a Declaração de Guatemala (UNESCO, 1999). Todas essas declarações possibilitaram que uma educação inclusiva fosse construída, pois, como afirma a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, s.p.) 'as escolas inclusivas devem reconhecer as necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos'.

A partir do final do século XX – mais precisamente com a universalização da educação e, no Brasil, com promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1988), o Estado tornou-se responsável por garantir que educação especial não fosse

mais ofertada como modalidade substitutiva, mas como complementar, garantindo que a escolarização da pessoa com deficiência ocorresse preferencialmente na rede regular

A educação brasileira tem sido impactada por esses paradigmas de inclusão, configurando, assim, novas políticas de inclusão como mostra o documento da *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva* (BRASIL, 2008) e, regionalmente, as *Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia* (BAHIA, 2017).

Este artigo além de apresentar os dados coletados na revisão sistemática e mapeamento realizado pelo grupo de estudo e pesquisa SERLIBRAS, também busca responder a seguinte questão: as pesquisas contemporâneas sobre escolarização de surdos apontam quanto aos desafios enfrentados no cotidiano escolar para implementação desse paradigma inclusivo?

A fim de respondê-la, busca-se um diálogo riquíssimo e importante com o embasamento teórico de Escolarização, surdez, educação inclusiva dialogando com reflexões teóricas acerca do cotidiano escolar.

2 SURDEZ, IDENTIDADES E PERSPECTIVAS INCLUSIVAS

O termo surdez aparece com as lutas da comunidade surda, para contrapor outras denominações, tais quais: mudo, moco, mudinho, deficiente auditivo. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (DECRETO 5626/2005).

Segundo Pereira (2015), a terminologia surdez é uma reivindicação do sujeito que passa a lutar politicamente pelo poder e se, auto representa e enuncia sua identidade linguística, sua historicidade e sua comunidade cultural. Ser surdo passou a representar, a partir dos anos oitenta do século passado, inclusive no Brasil, ser integrante de um grupo étnico, minoritário (LOPES, 2011, p. 25).

Para Skliar (1998, p. 17) a surdez se constitui de uma diferença a ser politicamente reconhecida, 'sendo uma experiência visual, a surdez é uma

identidade múltipla ou multifacetada” Ou como elenca Sá (2006), que entende a surdez no campo da diferença, mas uma diferença normal e natural.

Na lei 10.436/02 a língua brasileira de sinais é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão (BRASIL, 2002). Em 2002, foi publicada uma lei específica que versa sobre a educação de surdo no país, a Lei n° 10.436 que reconheceu a

Língua Brasileira de Sinais como uma forma de comunicação e expressão legalmente estabelecida, Libras, a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002, Art. 1º, § UNICO).

Libras, cumprindo o projeto de Lei 180/2004, seria inserida nas escolas como componente curricular. As crianças surdas sendo alfa-letradas em Libras e tendo a presença de intérpretes nas escolas, o aprendizado de conteúdos diversos teria um outro panorama do que encontramos em sala hoje: alunos surdos copistas. Mas, o quadro relacionado nas escolas é outro. Libras não é ensinada nas escolas, nem mesmo em turno oposto, não há intérpretes em número razoável para atender aos surdos matriculados, não há funcionários que saibam Libras, nem mesmo para dar informações básicas, a dicotomia entre uma língua e outra não impede o encontro delas no ambiente escolar, no entanto é

A existência como uma diferença declarada na escola é um elemento capaz de fazer pensar a instituição e o currículo produzido pela mesma. A pluralidade dos sujeitos existentes nesta, já não pode ser analisada como uma abertura permitida, mas sim, como resultado de uma ótica onde a diferença e a pluriconstituição dos sujeitos ocupam lugares transitórios e polêmicos juntos na diversidade em destaque. (BRITO, 1998, p. 119).

O processo de inclusão deve reconhecer as diferenças existentes e não normatizá-las, pois não se deve almejar transformar um surdo em ouvinte, uma vez que, mesmo historicamente havendo a supremacia do ouvintismo e da oralidade nas prá-

ticas pedagógicas, não se deve negar o direito à diferença linguística e cultural do alunado surdo. Segundo as Diretrizes Baianas de Educação Inclusiva,

Para a efetiva inclusão do aluno surdo no âmbito escolar e social, é necessário que, inicialmente, ele se constitua como sujeito linguístico bilíngue, ou seja, que ele adquira a sua língua natural, a de sinais (em interações sociolinguísticas), e a língua majoritária de seu país, na modalidade escrita. Desta forma, recomenda-se que o seu processo de escolarização seja realizado na escola bilíngue ou em classes bilíngues para surdos, principalmente na Educação Infantil e no Ensino fundamental, período no qual está se consolidando a aquisição da língua. (BAHIA, 2017, p. 53)

Ou seja, compreende-se que para que haja de fato a processo de escolarização inclusiva do estudante surdo e recomendado que ele tenha a aquisição da Língua Brasileira de sinais (L1) e seja iniciado seu processo de aprendizado na Língua Portuguesa na modalidade escrita. Dizendo assim que neste aspecto define por orientação que sejam oferecidos aos estudantes surdos e aos seus familiares a opção do seu filho uma escola ou classe bilíngue. Entendemos, então, que é de suma importância garantir o direito adquirido ao aprendizado em Libras para os surdos e ouvintes, como rege o Decreto 5.626 (BRASIL, 2002).

3 REVISÃO SISTEMÁTICA DA ESCOLARIZAÇÃO DE SURDOS

Foi realizado, sendo este artigo de metodologia qualitativa um estudo exploratório e descritivo (GIL, 2010), do levantamento de dados nos repositórios de trabalhos produzidos em âmbito da pós-graduação brasileira, nos anais da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) de Conceição do Coité, bem como nos anais do Congresso Baiano de Educação Especial e Inclusiva (CBEI). As buscas foram realizadas com os seguintes descritores:

‘SURDOS’
 ‘ESCOLA’ AND ‘INCLUSÃO’ AND ‘SURDOS’
 ‘EDUCAÇÃO INCLUSIVA’ AND ‘ESCOLARIZAÇÃO’ AND ‘SURDOS’

'EXPERIÊNCIA" AND 'INCLUSÃO" AND 'SURDOS".

A escolha dos descritores acima se deu a priori pela temática pesquisada e em consonância com as aulas de Educação Inclusiva, pois a partir de estudo teórico realizado e da reelaboração do proje-

to inicial de pesquisa, foi sendo possível perceber que estes conceitos categóricos ganhavam espaço no texto. E os repositórios foram escolhidos também na pesquisa exploratória dos trabalhos que tinham as categorias citadas.

Quadro de 1 – Apresenta os descritores, repositórios e quantidade de trabalhos encontrados

DESCRITORES	CAPES	CBEE	CBEEI	UNEB/C	TOTAL
'SURDOS"	2.297	119	3	5	2.424
'INCLUSÃO"	35.437	547	9	0	35.964
'ESCOLA" AND 'INCLUSÃO" AND 'SURDOS"	384	41	1	0	425
'EDUCAÇÃO INCLUSIVA" AND 'ESCOLARIZAÇÃO" AND 'SURDOS"	2.394	29	4	0	2.423
'EXPERIÊNCIA" AND 'INCLUSÃO" AND 'SURDOS"	81	69	2	0	150

Fonte: Dados da pesquisa.

Nesta fase de pesquisa exploratória da revisão sistemática foram incluídos os trabalhos que:

1. Apresentassem os descritores no título, resumo e/ou palavras-chave;
2. Tivessem sido realizados entre 2002, ano de oficialização da lei que reconhece Libras como língua oficial e 2018;
3. Trabalhos realizados em instituições públicas e baianas;
4. Trabalhos nos quais os surdos fossem parti-

cipantes da pesquisa.

Foram excluídos trabalhos que não dialogavam com a proposta desta investigação e que não se encaixavam nos critérios de inclusão apresentados:

1. Trabalhos que não apresentaram as categorias de surdez, experiência, inclusão e escolarização;
2. Trabalhos que não estavam datados a partir de 2002 e pesquisas que não fossem provenientes de instituições públicas e baianas;
3. Que não tivesse surdos como participantes.

Quadro 2 – Apresenta a quantidade de trabalhos selecionados para a pesquisa que está em fase de análise de dados para a defesa

TRABALHOS SELECIONADOS		
CATEGORIA	REPOSITÓRIO	QUANTIDADE
ARTIGOS	CBEE	2
	CBEEI	4
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ACADÊMICO	CAPES	2
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL	CAPES	1
TESE	CAPES	1
TCC - GRADUAÇÃO	UNEB	3
TOTAL		13

Fonte: Dados da pesquisa.

Assim, após a utilização dos critérios de exclusão e inclusão, os trabalhos selecionados para leitura apresentam aprofundamento e embasamento, tanto teórico quanto metodológico, sendo eles artigos, dissertações de mestrado acadêmico

e profissional, tese e trabalhos de graduação, que dialogam com a presente pesquisa.


A partir dos dados obtidos e do levantamento sobre a inclusão de surdos em Conceição do

Coité realizadas pelo SERLIBRAS³, sempre era exposto, em relatórios e apresentações, que os surdos matriculados e/ou aqueles permanecem nas escolas têm suas dificuldades acentuadas pela falta da Libras.

O NTE 04, localizado na rua José Carneiro da Silva, Serrinha (BA), é responsável por 57 escolas lo-

calizadas nos 20 municípios do Território do Sisal. A rede estadual em Conceição do Coité contém 11 colégios localizados na zona rural e urbana, que atendem em média 5.300 alunos. Dentre esses oficialmente matriculados, 2 são surdos e outros mais não reconhecidos como surdos, mas com deficiência auditiva, conforme dados fornecidos pelo NTE:

Quadro 3 – Alunos matriculados na rede estadual de Conceição do Coité 2019

					
Matrícula da Rede Estadual de Ensino e estudantes que declararam possuir Surdez - Conceição do Coité - Bahia - CENSO 2018					
NTE	MUNICÍPIO	COD MEC	UNIDADE ESCOLAR	Total Matrícula	Possui Surdez
00004	CONCEICAO DO COITE	29137900	EE - COLEGIO ESTADUAL RIO BRANCO - DIST DE JUAZEIRINHO	316	-
00004	CONCEICAO DO COITE	29432200	EE - COLEGIO ESTADUAL PROFESSORA OLGARINA PITANGUEIRA PINHEIRO-TEMPO INTEGRAL	420	-
00004	CONCEICAO DO COITE	29137845	EE - COLEGIO ESTADUAL YEDA BARRADAS CARNEIRO	586	-
00004	CONCEICAO DO COITE	29137853	EE - COLEGIO POLIVALENTE DE CONCEICAO DO COITE	1.042	1
00004	CONCEICAO DO COITE	29137870	EE - COLEGIO ESTADUAL HAMILTON RIOS DE ARAUJO POV DE SAO JOAO	308	-
00004	CONCEICAO DO COITE	29138043	EE - COLEGIO ESTADUAL ANTONIO BAHIA	565	-
00004	CONCEICAO DO COITE	29138434	EE - ESCOLA ESTADUAL JOAO CARNEIRO - POV VILA DO CARNEIRO	232	-
00004	CONCEICAO DO COITE	29138442	EE - COLEGIO ESTADUAL DE BANDIACU - POV DE BANDIACU	355	1
00004	CONCEICAO DO COITE	29139155	EE - COLEGIO ESTADUAL DUQUE DE CAXIAS - DIST DE ARDEIRA	423	-
00004	CONCEICAO DO COITE	29139325	EE - COLEGIO ESTADUAL JOSE FERREIRA DE OLIVEIRA - DIST DE SALGADALIA	557	-
00004	CONCEICAO DO COITE	29460840	EE - CENTRO NOTURNO DE EDUCACAO DA BAHIA-CENEB DE CONCEICAO DE COITE	537	-
Total:				5.341	2

Fonte: SEC. MEC/NEP
Elaboração: DIE/SPNF

Fonte: NTE/04

Escolarização e alunos com Surdez em Conceição do Coité

As experiências visuais dos surdos e orais dos ouvintes se encontram, promovem um cotidiano as vezes barulhento as vezes silenciado, no entanto podendo ser dialogado e (BHABHA, 1998 apud FERRAÇO, 2006) nos possibilita compreender é que as alternativas precisam ser construídas no entre-lugar desses supostos lados.

Diante da realidade mapeada em Conceição do Coité, mais precisamente na rede estadual de Educação, é necessário abranger o olhar para o campo da heterogeneidade não somente com os surdos, mas também com os ouvintes que compõe o espaço escolar, em lugares e temporalidades diferentes.

Karin Strobel (2009) afirmou que a cultura surda entende o mundo a partir de suas percepções

3 Grupo de Pesquisa pertencente a UNEB/Campus XIV da qual a mestranda é membra desde 2014 quando ainda estava na graduação em Licenciatura em História.

visuais e isto abrange língua, ideias, costumes e hábitos. Como não se tem nas realidades locais na cidade de Conceição do Coité as escolas específicas para surdos eles mesmo sendo em pouca quantidade estão nas escolas regulares e em muitas realidades sem a presença do intérprete que em sala de aula torna-se fundamental para o processo de aprendizagem do aluno surdo.

A presença da surdez na escola, oferta um olhar que também é cultural, por compreender que os estudantes surdos pertencem a modalidade gestual- visual, e no espaço escolar isso se dá em ações aparentemente simples, mas que promovem a inclusão, quando por exemplo os avisos são expostos em lugares visíveis e acessíveis,

Em Conceição do Coité, as pesquisas sobre os surdos na escola regular têm relatado e exposto uma pequena quantidade de surdos que frequentam a escola⁴, sendo, atualmente, sete atendidos

4 Levantamento realizado no ano de 2019 para saber o quantitativo

pelo CAEE⁵ e dois matriculados na rede estadual de ensino. Os dados também revelam uma disparidade grande entre os números de estudantes ouvintes e de surdos. Escolarizar foi e continua sendo um desafio para a escola e também para o Estado. A rede também conta com alguns (poucos) egressos que conseguiram concluir o ensino médio e outros que desistiram ao longo dos anos letivos

Há o acesso ao atendimento educacional especializado (AEE), pois no caso dos estudantes surdos eles são também matriculados no centro de atendimento educacional especializado (CAEE) e atendidos por horários marcados, nesse atendimento o profissional faz uso de várias metodologias: ensino da Libras, auxílio nas atividades escolares, principalmente se por necessidade (déficit) de aprendizagem, pois como é descrito

A instituição especializada pode dispor de equipe interdisciplinar, equipamentos, materiais e recursos didáticos específicos para atender às necessidades dos estudantes públicoalvo da Educação Especial, e tem também enquanto atribuições oferecer formação e orientação para profissionais da área da educação e familiares. Trata-se de um espaço que deverá se constituir como centro de estudos e pesquisas na área da Educação Especial. (BAHIA, 2017, p. 40).

Para a efetiva inclusão do aluno surdo no âmbito escolar e social, é necessário que, inicialmente, ele se constitua como sujeito linguístico bilíngue, ou seja, que ele adquira a sua língua natural, a de sinais (em interações sociolinguísticas), e a língua majoritária de seu país, na modalidade escrita. Desta forma, recomenda-se que o seu processo de escolarização seja realizado na escola bilíngue ou em classes bilíngues para surdos, principalmente na Educação Infantil e no Ensino fundamental, período no qual está se consolidando a aquisição da língua (BAHIA, 2017, p. 53).

A proposta da escolarização inclusiva, implica também construir um processo bilateral para equiparação de oportunidade para todos; promover educação para as diferenças; ter uma política orientada para o respeito e valorização das diferen-

vo de surdos existentes nos colégios estaduais da cidade.

5 Informação concedida em pesquisa de Levantamento no ano de 2019.

ças. Nessa perspectiva, segundo Chincon (2012, p. 214), 'a educação tem hoje, portanto, um grande desafio: garanti o acesso básico que a escolarização deve proporcionar a todos os indivíduos, inclusive aqueles públicos, alvo da Educação Especial'. Uma vez que o espaço escolar é um local no qual existem várias normas, valores, crenças e diferenças, o que lhe possibilita ser um espaço inclusivo por excelência e que tem sido alvo de reflexões debates.

4 COTIDIANOS ESCOLARES E SURDEZ

Pode-se entender, tendo em vista toda discussão do cotidiano escolar dos alunos surdos e suas relações com ouvintes na escola, que este ambiente é sempre heterogêneo, e mesmo que digamos ele não é mesmo, pois as relações que se dão no dia a dia se inventam e se reinventam seja para ouvintes, para surdos ou para ambos estando no local.

Este cotidiano por vezes pesquisado e discutido como campo de exclusão precisa ser olhado pelo entre-lugar, em que os currículos sejam vistos e não segregados sob um olhar disciplinador, que reconheça e negocie com a diferença ou melhor com as diferenças sem negar a dimensão da pluralidade existente para o ser surdo ou ouvinte, uma vez que as coisas são inventadas por meio da imagem e passam a existir para e em nós quando as nomeamos. E, muitas vezes no cotidiano escolar usamos o outro para direcionar as ações realizadas, críticas, apontar erros, no entanto 'somos em certa medida o outro' (SKLIAR, 2003, p. 13).

As pesquisas educacionais pontuam os espaços educativos locais em que emergem as lutas, acordos, desacordos e discordâncias, tramas e dramas (BASTOS, 2003), são chamados de 'os deficientes auditivos quem têm resquícios de audição que podem ser corrigidos por aparelho. Já os surdos são visuais e se comunicam através da língua de sinais' (VIEIRA-MACHADO, 2010, p. 114).

As situações do dia a dia, os fragmentos das histórias vividas fazem o cotidiano ser inventado (CERTAU, 1994 apud FERRAÇO 2006), como a escola tem sido. Portanto, quando se mergulha na pesquisar cotidiano se encontra outros saberes-fazer que protagonizam a escola.

No espaço escolar marcado pela heterogeneidade da presença de surdos, é preciso pontuar as diferenças existentes entre eles e os ouvintes. Normalmente as experiências vivenciadas e narradas são oralmente, para os surdos elas são construídas no campo visual, no entanto, eles fazem acontecer o cotidiano escolar. Neste contexto é perceptível que se não há a Língua de Sinais estas experiências acontecidas se configuram numa forma isolada: de um lado os estudantes surdos e alguns (poucos) e do outro os sujeitos ouvintes. Com isto, é preciso entender que 'Os surdos começam a se narrar de forma diferente ao serem apresentados por outros discursos, a desenvolver novas identidades surdas fundamentada na diferença" (SKLIAR, 1998, p. 12).

5 ENTRE PALAVRAS E PROVOCAÇÕES FINAIS

Ao que fora dito ao longo deste texto, percebe-se que as discussões sobre a inclusão de surdos nas escolas regulares potencializam o reconhecimento da diferença e da demanda que inclusão provoca. Reconhecendo a historicidade dos surdos e as lutas para acessar a escola e junto a isso ser reconhecido por sua identidade de surdo, com língua, cultura próprias. Também pelo que foi apresentado a partir do levantamento teórico e do mapeamento realizado em Conceição do Coité, perpassando pelas discussões de inclusão e das experiências que cotidiano escolar tendo surdos como alunos podem e experienciam.

Falar de diferenças, inclusão de surdos e cotidiano escolar expõe uma necessidade e um direito educacional: incluir e garantir acesso e ensino a todos, reconhecendo suas diferenças. O que esse texto buscou entrelaçar não foi somente os conceitos embasados na teoria, mas as reflexões das realidades que temos em nossas escolas. Muitas vezes não só marcados pelos silêncios dos surdos e sim pela falta de voz dos ouvintes, pelas políticas educacionais não efetivadas, pela ausência dos profissionais de intérprete não contratados, pela ausência da Libras até mesmo para os estudantes surdos.

Por fim, a conclusão deste artigo se dá não para que estas reflexões sejam concluídas, mas para que elas sejam difundidas e aprimoradas em outros estudos e pesquisas.

REFERÊNCIAS

AGEITEC. **O território do sisal**. Disponível em <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br>. Acesso em: 23 jun. 2019.

ALMEIDA, M. R. P. **Narrativas de sujeitos surdos: relatos sinalizados de uma trajetória**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2017.

BAHIA. Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia: pessoas com deficiências, transtornos globais do Desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. **Diário Oficial do Estado**, Salvador, 2017.

BASTOS, E. R. O. **Experiências culturais de alunos surdos em contextos socioeducacionais: o que é revelado?** 2013. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

BRASIL. Lei n° 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2002.

BRASIL. Decreto n° 5.626. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2005.

BRASIL. Decreto n° 5626, de 22 de dezembro de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2005.

BRITO, L. F. Língua Brasileira de Sinais - Libras. In: BRITO, L. F. (org.) **BRASIL, Secretaria de Educação Especial**. Brasília: SEESP, 1998.

CHINCON, J. F. Educação física na escola: caminhos para inclusão. In: MENDES, E.G.; ALMEIDA, M. A. (org.). **Educação especial e inclusiva: legados históricos e perspectivas históricas**. São Carlos: ABPEE, 2015.

FERRAÇO, C. E. Ensaio de uma metodologia efêmera: ou sobre as várias maneiras de se sentir

- e inventar o cotidiano escolar. *In*: OLIVEIRA, I. B.; ALVES, N. (org.). **Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes de saberes**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 91-108.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, jan.-abr. 2002.
- LOPES, M. C. Relações de poderes no espaço multicultural da escola para surdos. *In*: SKLIAR, C. (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 105-121.
- MACÊDO, E. **Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural**. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000200007. Acesso em: 23 fev. 2020.
- MATTOS, N. M. **Inclusão e docência: a percepção dos professores sobre o medo e preconceito no cotidiano escolar**. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2014.
- PEREIRA, Alex Sandrelanio dos Santos. **Cultura e educação sócio comunitária: uma perspectiva para o ensino de história e surdez**. São Paulo: América, 2015.
- PERLIN, G. T. T. Identidades surdas. *In*: SKLIAR, Carlos (org.). **Um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- PERLIN, G.; MIRANDA, W. Surdos: o narrar e a política. **Revista de Educação e processos inclusivos**, UFSC/CED/NUP, Florianópolis, n. 5, 2003.
- QUADROS, R. M. de. KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- SÁ, N.R.L de. **Cultura, poder e educação de surdos**. São Paulo: Paulinas, 2006.
- SKLIAR, C. Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. *In*: SKLIAR, C. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- STROBEL, K. L. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: UFSC. 2018.
- STROBEL, K. L. Os desafios da inclusão: uma experiência pessoal. **Revista feneis**, Rio de Janeiro, n.9, 2007.
- VIEIRA- MACHADO, L. M. da C. **Os surdos, os ouvintes e a escola: narrativas, traduções e história** Capixabas. Vitória: EDUFES, 2010.
- UNESCO. Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca: Espanha, 1994.
- _____. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO: Jomtien, 1990
- CONVENÇÃO DA GUATEMALA, **Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Guatemala em maio de 1999.

Recebido em: 18 de Abril de 2020

Avaliado em: 30 de Julho de 2020

Aceito em: 30 de Julho de 2020
